


O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social

The method in Marx: the ontological determination of social reality

Christiane Pimentel e Silva^a

 <https://orcid.org/0000-0002-7067-4495>

Resumo: O objetivo deste estudo foi discutir o método materialista histórico dialético, apontando elementos essenciais presentes no percurso metodológico. O método em Marx é um movimento dialético que parte da sua concepção ontológica da realidade social, em que o ser social produz suas próprias condições objetivas e subjetivas de existência e, por isso, teoria, método e concreto social constituem uma unidade metodológica.

Palavras-chave: Método marxiano. Ontologia. Práxis.

Abstract: The objective of this study was to discuss the dialectical historical materialist method, pointing out essential elements present in the methodological course. The method in Marx is a dialectical movement that starts from its ontological conception of social reality, in which the social being produces its own objective and subjective conditions of existence and, therefore, theory, method and social concrete constitute a methodological unit.

Keywords: Marxian method. Ontology. Praxis.

1. Introdução

Este estudo sobre o método marxiano compreende uma concepção científica vinculada à realidade social, que não apenas parte das relações sociais existentes, como sua finalidade de contribuição cognitiva não se refere somente ao conhecimento individual, mas à superação humana dos limites impostos pela sociedade de classes, da ordem burguesa.

De acordo com Netto (2011), no materialismo histórico dialético a teoria é uma modalidade especial de conhecimento do objeto que busca

^aUniversidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém/PA, Brasil.

Recebido: 13/8/2018 ■ Aprovado: 8/9/2018

compreender a estrutura dinâmica de sua existência real efetiva, independente das representações do pesquisador.

Por isso Lukács (1978) afirma que a essência das categorias no método materialista histórico dialético correspondem ao reflexo da realidade, que deve ser confirmado na práxis humana, para se tornarem categorias lógicas.

Neste texto, optou-se por discutir aspectos relevantes sobre o método materialista histórico dialético, delineado por Marx e Engels, a partir da interlocução com importantes autores marxistas que se debruçaram sobre o método marxiano. A partir desse recorte, são elencadas as contribuições desses autores para a compreensão do método, sem dar ênfase às discordâncias que possam haver entre eles, reduzindo-as ao absolutamente necessário.

2. Críticas à Marx: a ênfase ao método

O pensamento de Karl Marx (1818-83) difere das correntes filosóficas que o antecederam e inaugura uma nova abordagem metodológica, segundo Netto (2011), porque assume determinada posição do pesquisador em relação ao objeto, numa indissociável correspondência entre a elaboração teórica e a formulação metodológica. Ou seja, o método marxiano não possui forma autônoma em face da teoria, como depreende-se a partir de Marx (2008, p. 45):

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel [...] compreendia sob o nome de “sociedade civil”.

Nesse excerto, o autor afirma que em seu primado metodológico, a formulação de categorias não são desagregáveis de sua ontologia, o que significa que as categorias marxianas não são meras entidades do pensamento abstrato, em uma figuração ideal, o que representa um duplo movimento em relação ao pensamento de Georg H. F. Hegel (1770-1831), de incorporação

do pensamento filosófico, mas a partir de uma superação dos limites ideais. As categorias sob a lente marxiana representam a própria dinâmica da sociedade em que estão inseridas, numa relação recíproca determinada histórica e socialmente.

O percurso histórico da filosofia burguesa compreende, no seu momento inicial, tendências progressistas centradas nos interesses da sociedade, quando se ocupava da reação absolutista feudal, visando sua superação. Nesse período, que compreende os pensadores renascentistas até a obra hegeliana, a racionalidade burguesa se caracterizou por um ascendente desenvolvimento, interrompido a partir de meados de 1830 a 1848, quando as categorias analíticas do humanismo, do historicismo e da razão dialética foram subordinadas ao movimento de operacionalização do conhecimento (Coutinho, 2010).

Para Coutinho, isso significa que, no primeiro momento histórico, a burguesia revolucionária representava o impulso da razão para a emancipação do conhecimento e da práxis da ordem feudal,¹ enquanto, na etapa posterior, a tarefa ideológica burguesa² consistiu em limitar ou negar o papel revolucionário da razão, justamente quando o modo de produção capitalista se consolidou, exigindo uma classe conservadora, que restringiria as possibilidades da razão emancipadora e a converteria aos fins de justificação teórico-metodológica ao existente e à conformação social aos interesses da acumulação.

Ainda segundo Coutinho (2010), o pensamento hegeliano representava a síntese superior dos momentos progressistas da burguesia revolucionária, a partir de três núcleos:

[...] o *humanismo*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o *historicismo concreto*, ou seja, a afirmação do caráter

¹ Santana e Ferreira (2016) explicam que nesse período de transição de um modo de produção a outro, o campo científico burguês foi progressista na medida em que denunciava a imposição doutrinária da Igreja e também o obscurantismo, que predominou durante toda a Idade Média. Com a primeira, a Igreja visava deter a verdade absoluta (escolástica); com o segundo, reprimia o desenvolvimento científico (uso da razão baseada na experimentação, da verificação de hipóteses e constatação positiva na realidade) para não perder sua autoridade.

² Coutinho (2010) explica que a partir desse momento o pensamento filosófico burguês tornou-se “decadente”, por não elaborar condições de superar o imediatismo e o espontaneísmo, centrando-se na descrição de formas aparentes, atribuindo a essas formas aparentes autonomia e universalidade.

ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e finalmente, a *razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários) e, aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias que englobam, superando, as provenientes do “saber imediato” (intuição) e do “entendimento” (intelecto analítico). (p. 28, grifos no original)

Para o autor (Ibidem), essas três categorias são basilares na apreensão científica da ética e da ontologia. Portanto, sua retirada ou sua revisão ideológica no interior da filosofia consiste na mistificação científica das categorias econômicas constitutivas da objetividade social.

O pensamento fetichizado da decadência ideológica,³ enunciado por Lukács (2010), serve aos interesses de dominação burguesa, por apreender a realidade de forma imediata e isolada de uma totalidade contraditória, que delinea um caráter falsamente autônomo às esferas pública e privada, à subjetividade individual e objetividade social, por meio de procedimentos formalizados, homogêneos e mecanicamente repetidos de burocratização da ação humana, que retiram a possibilidade de questionar finalidades e conteúdos.

A consequência dessa mecanização da práxis como mera atividade técnica de manipulação e fragmentação da vida humana é, como Coutinho (2010) refere, a perda da totalidade do objeto e, como o objeto no método marxiano trata da própria vida humana, são abandonadas as mediações sociais autênticas, aceitando o “dilaceramento *histórico* (historicamente condicionado)” (p. 44, grifo no original) como parte de um suposto caráter imutável humano.

Exatamente por abandonar o conteúdo sócio-histórico, as correntes filosóficas da decadência ideológica da burguesia criticam a obra marxiana a partir do método, em decorrência de sua ênfase em retirar as contradições

³ Segundo Lukács (2010), um dos elementos importantes para a constituição do materialismo histórico dialético foi a análise crítica da dissolução da “última grande filosofia” da sociedade burguesa, o hegelianismo, no período de 1820 a 1830, que se segue à crítica da decadência política dos partidos burgueses na Revolução de 1848. Essa profunda alteração político-ideológica do pensamento burguês foi denominada pelo autor de “decadência ideológica da burguesia”.

na análise do objeto numa tendência geral de “fuga pseudo-histórica construída a bel-prazer, interpretadas superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico” (Lukács, 2010, p. 53). A recusa ao materialismo histórico e dialético é a expressão da utilização de recursos metodológicos essencialmente acríticos, superficiais e imediatistas, articulados pelo ecletismo.

Cabe mencionar que as diversas correntes filosóficas que se afinam aos interesses burgueses, em que pesem suas distinções específicas, possuem sempre uma constituição fundamental, de justificação ideológica da sociedade capitalista. Por isso, o estudo de Lukács (2010) sobre a decadência ideológica retoma o pensamento burguês desde a Revolução de 1848 até 1940, as análises de Coutinho (2010) sobre a “miséria da razão”⁴ atualizam o texto de Lukács (2010) até a década de 1970, voltadas principalmente para o irracionalismo subjetivista, tanto do neopositivismo como do estruturalismo, e, finalmente, o estudo de Wood (1999) sobre o pensamento da década de 1960 até os dias atuais, que se autoproclama de pós-modernismo; se caracterizam, pela metáfora do “fim da história”.

O pós-modernismo, de acordo com Wood (1999), rejeita o conhecimento da totalidade, em proveito da fragmentação de conhecimentos particulares e identitários, pois para essa corrente filosófica não há possibilidade de captar a totalidade dos processos estruturados pela capacidade cognitiva. Isso decorre de uma suposta fragmentação, diversidade e fluidez da identidade humana, e sua consequência direta é a refutação de interesses e experiências comuns, em virtude da “condição humana” e da negação da história.

Wood (1999) explica que os pensadores pós-modernos, ao negarem o momento histórico e os valores universais, baseiam seus pressupostos epistemológicos no ecletismo, nos interesses particulares e na língua. Esta última recai sobre a cultura, o consumismo e o discurso:

Para alguns, isso parece significar, de forma bem literal, que os seres humanos e suas relações sociais são constituídos de linguagem, e nada mais,

⁴ Por “miséria da razão” Coutinho (2010, p. 18) designa o “radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipulatória”.

ou no mínimo, que a linguagem é tudo o que podemos conhecer do mundo e que não temos acesso a qualquer outra realidade. [...] A sociedade não é simplesmente *semelhante* à língua. Ela é língua; e, uma vez que todos nós somos dela cativos, nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente externo para o conhecimento existe para nós, fora dos “discursos” específicos em que vivemos. (Wood, 1999, p. 11)

A realidade, para os pensadores pós-modernos, seria apenas um conjunto de sistemas simbólicos particulares, em que as formas de comunicação são possíveis de apreender no interior de disciplinas particulares, fragmentadas e unilaterais. Mais uma vez confirma-se a assertiva de Coutinho (2010), de que a crítica ao método marxiano recai na análise histórica, na dimensão ontológica da práxis humana e na dialética. No entanto, o próprio Coutinho esclarece que os problemas epistemológicos são apenas um reflexo aproximativo da objetividade do ser, ou seja, são subordinados às questões ontológicas e, por isso, a possibilidade de conhecimento não pode se sustentar a partir de uma teoria autônoma.

Além disso, ao identificar a aparência e a essência, as correntes da decadência ideológica negam a possibilidade de apreensão racional da totalidade social em virtude da abordagem especulativa abstrata da racionalidade porque não entendem os fatos como resultantes da práxis social, nem tampouco os relacionam. Como elucida Chasin (2009, p. 100, grifos no original):

O homem se *faz* ou é um *ser prático*, então, é capaz de *conhecer*, ao menos o que permite *fazer*, confirmar sua natureza prática. A partir disso, por conseguinte, o conhecimento também está confirmado, não sendo mais plausível a alternativa teórica de sua impossibilidade por via dos maneirismos céticos, nem o reducionismo que o derroga a simples convenção por efeito dos atos de linguagem num quadro dado de uma gramática especial, nem menos ainda sua desqualificação a mera poeira do imaginário, este mesmo simples fantasma onipresente de uma metafísica da impotência.

Para Chasin (2009), no pensamento marxiano, o ser social é um ser ativo que pensa e comprova seu conhecimento no exercício de sua capacidade, ou seja, a autoconstrução humana é resultado ontológico do trabalho porque as

formas subjetivas se efetivam na avaliação do conhecimento que se confirma ou não, para mudar a realidade dada (objetivação). Dessa forma, o autor (Idem, p. 101, grifo no original) refere que a questão sobre o conhecimento no método marxiano não é apenas ontológico, mas “ontoprático” pois “a impossibilidade de conhecer suprimiria a capacidade de confirmação do ser social, e um ser que não se confirma, sensivelmente, é um não ser [...] — o questionamento sobre a *possibilidade* do conhecimento se torna ocioso”.

3. A complexidade das categorias no método marxiano

A partir dos autores mencionados, podemos concordar com a afirmação de Coutinho (2010) sobre as correntes filosóficas que justificam a sociedade do capital, com tendência a qualificar como subjetivas quaisquer questões da sociedade em que o pesquisador tente relacionar à história, à dialética e/ou à ontologia. Tais correntes autodenominam de “ontológicas” suas categorias que se subordinam às leis do intelecto formal, ou seja, seu suposto conhecimento racional impõe limites à sua abstração que não coincidem com a realidade, mas seus discursos invertem o caráter ontológico real, ao identificarem limites de apreensão no objeto, constituindo, nas palavras de Coutinho, a “miséria do objeto”.

Plenamente opostos ao idealismo decadente, nas obras marxianas, teoria e método possuem uma conexão efetiva, que se sustenta a partir da realidade social, o que de acordo com Chasin (2009), fez surgir um novo universo ontológico: o caráter fundante da objetividade autoposta. Para esse autor, no pensamento marxiano, o materialismo histórico dialético constituiu-se, difere e supera outras correntes filosóficas desde as primeiras obras de Marx, a partir de três críticas ontológicas essenciais: 1) à esfera política, que tem por objeto a prática; 2) à especulação hegeliana, que incide sobre a filosofia; 3) à economia política clássica, que se dirige a ciência.

Em “A ideologia alemã” de Marx e Engels (1989a, p. 187), podemos identificar a síntese apontada por Chasin (2009). Além disso, destaca-se como uma obra fundamental para entender o caráter ontológico do método materialista histórico dialético:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro estado de coisas a se constatar é, portanto, a organização corporal desses indivíduos e a relação com a natureza restante que aquela lhes dá. [...] Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma.

Os dois autores indicam que sua análise parte de uma realidade concreta e supõe um sujeito que produz (ativo, prático), que precisa garantir sua existência biológica por meio da modificação da natureza. Há, logo de início, um aspecto objetivo da atividade humana, que visa produzir seus meios de vida na autoconstrução de si. Mais adiante, Marx e Engels (1989a, p. 203-204) continuam:

Esta concepção da história repousa, portanto, sobre o seguinte: desenvolver o processo efetivo de produção partindo da produção material da vida imediata e tomar como base de toda história a forma de intercâmbio ligada com este modo de produção e engendrada por ele, logo a sociedade civil em seus diversos estágios, e tanto apresentá-la em sua ação como Estado quanto explicar a partir dela o conjunto das diversas produções teóricas e formas da consciência, religião, filosofia moral, etc., e seguir o seu processo de surgimento a partir dessas produções, onde naturalmente também se poderá apresentar a coisa em sua totalidade (e por isso também a ação destes diversos aspectos uns sobre os outros).

No método marxiano, um dos fundamentos mais importantes, é o autoengendramento do gênero humano, pois como vemos no trecho acima, a realidade não é apenas exterioridade; a mediação das necessidades humanas com a natureza pressupõe também as formas subjetivas. Mas essa subjetividade está sempre em relação com as determinações existentes, o que também origina a complexidade da relação entre sujeito e objeto, que será abordada a seguir.

Como elucida Chasin (2009), a reprodução teórica, ou o complexo categorial, se ergue a partir da objetividade social, que não é uma realidade completamente exterior e contraposta ao sujeito, pois a realidade concreta é parte e consequência da autoconstrução social.

A partir de Kosik (1995, p. 124), podemos referir também que o ser social cria a partir do “próprio fundamento materialmente econômico, ideias correspondentes e todo um conjunto de formas de consciência”. Kosik (ibidem) explica que o trabalho humano cria o mundo materialmente sensível, as relações e as instituições sociais e as concepções, ideias e emoções correspondentes; portanto, na autocriação humana tem-se uma unidade entre objetividade e subjetividade.

Cabe aqui mencionar também a contribuição de Coutinho (2010) para a compreensão da nova categoria ontológica fundada por Marx e Engels, que se trata do ato teleológico, que se origina a partir do trabalho que requer um conhecimento objetivo (prévio) da realidade que pretende transformar, em suas leis e movimentos causais.

Esse argumento é validado também em Chasin (2009), quando afirma que o conhecimento se fundamenta a partir de uma dimensão ontoprática, ou seja, o conhecimento é a resposta a necessidade da práxis, mesmo quando consideramos que, historicamente, possam surgir novas e mais complexas formas de práxis.

Apesar da importância da dimensão ontoprática na vida humana e o papel desempenhado pelo conhecimento nesta, Kosik (1995) explica que o ser social, ao se deparar diante da realidade de forma imediata, não realiza uma relação que cumpre analisar especulativamente o conjunto de relações sociais para compreendê-la teoricamente. No plano utilitário imediato de satisfação de necessidades sociais, o ser social se orienta construindo uma reprodução ideal superficial da realidade que lhe permite familiaridade, de forma a manejar o material cotidiano.

Coutinho (2010, p. 92) também supõe que na vida cotidiana realizamos diversas atividades sem levar em conta a “objetividade da coisa em si”, momento em que a reflexão analítica da finalidade proposta é preterido, e isso é possível porque são experiências socialmente adquiridas e transmitidas por um conjunto de regras e procedimentos que abreviam a ação, a partir de

uma práxis preliminar mais ampla, na qual processou-se um reflexo do real, o estabelecimento consciente dos objetivos etc. (Essa práxis mais ampla pode ou não ter sido realizada pelo mesmo indivíduo que agora realiza a manipulação.)

Podemos observar, desde logo, que nem todas as atividades humanas podem ser tornar “habituais” e, assim, relacionarem-se com o objeto de modo manipulador; embora na ciência e na arte, por exemplo, seja possível automatizar determinados procedimentos (precisamente os relativos à técnica), não se pode fazer o mesmo com a essência de tais atividades, ou seja, a recepção criadora da realidade. Quando isso ocorre, verifica-se um abastardamento ou uma limitação da atividade científica ou artística (simples compilação, dissolução do estilo na maneira etc.).

Para a manipulação da realidade imediata é possível suspender a abstração reflexiva que garante a apropriação da objetividade. No entanto, esse conjunto de procedimentos que reduzem o objeto à imediaticidade utilitária é incompatível com o método marxiano, uma vez que neste último há um complexo processo de reprodução ideal para captar o real em suas múltiplas determinações e movimentos.

4. O método a partir de Marx

Apresentada a complexidade do método marxiano em sua dimensão ontológica e sua perspectiva de emancipação humana dos limites do capital, é necessária uma aproximação em torno de três importantes elementos metodológicos. Apesar de Marx não ter sistematizado o método, existem algumas obras que apontam suas dimensões.

Nesse estudo, será destacado as “Notas marginais ao ‘Tratado de economia política’ de Adolph Wagner”, em que Marx (1976, p. 176; grifos no original, tradução livre) expõe sinteticamente o método:

Em primeiro lugar, eu não parto de “conceitos”, portanto, do “conceito do valor” e, assim, não tenho por que decompor esse “conceito”. Meu ponto de partida é a forma social mais simples em que se apresenta o produto do trabalho na sociedade atual, que é a “mercadoria”. Começo analisando-a sob a forma em que se apresenta. Descubro que a “mercadoria” é, por um lado, em sua forma natural, um *objeto útil*, ou seja, um *valor de uso* e, por outro lado, a *personificação do valor de troca* e, desse ponto de vista, “valor de troca” em si. Uma

análise mais minuciosa dessa última revela que o valor de troca não é mais que uma “forma fenomênica”, um modo de representação independente do valor contido na mercadoria, passando depois à análise do valor. [...] Não separo o valor, em valor de uso e valor de troca, como opostos, numa decomposição abstrata; apenas afirmo que a forma social concreta do produto do trabalho, a mercadoria, é, por uma parte, valor de uso, e por outra, “valor”, não valor de troca, pois este não é mais que uma forma de manifestar-se, e não seu próprio conteúdo.

Esse fragmento foi escolhido por reunir três importantes elementos, autoimbricados, do método materialista histórico dialético: o ponto de partida da reflexão filosófica marxista, a análise que se eleva do mais simples ao mais complexo, a unidade dialética de essência e aparência do objeto. Para compreender esses elementos e a citação inicial, será utilizado o recurso de análise de outras obras de Marx e também de autores marxistas que se debruçaram sobre o método.

Marx (1976) afirma que não parte de conceitos, de construtos ideais que separam subjetividade de objetividade. Esse movimento de apreensão da realidade, no método marxiano, não pode se originar de tematizações autônomas, como o fizeram os pensadores dos métodos especulativos. Ao contrário, o método marxiano parte da atividade objetiva, da práxis social, devido sua centralidade sobre a questão ontoprática.

Ainda sobre o ponto de partida marxiano, Mandel (1985) refere que a reprodução ideal precisa do contato permanente com o movimento real da história, e não uma relação entre a teoria econômica e a racionalidade, que resultaria em um produto da falsa consciência e conduziria a um determinismo mecânico fatalista.

A interpretação de Kosik (1995) é de que a realidade só pode ser apreendida a partir de si e, portanto, o ponto de partida deve coincidir com o resultado, pois a consciência sobre a realidade concreta forma uma unidade indissociável de objetividade e subjetividade, que é ao mesmo tempo reflexão e projeção.

Na práxis, segundo Chasin (2009), o ser social é duplamente ativo porque antecipa no pensamento o resultado a que deseja chegar e, ao final do

processo, molda o objeto segundo suas necessidades. Esse complexo confirma o conhecimento, ou seja, o ato prático imprime sobre a subjetividade um duplo dinamismo: por um lado, a teleologia, por meio de uma subjetividade proponente; por outro lado, exercita a capacidade cognitiva por meio de uma subjetividade receptora. Por isso, no marxismo, o ponto de partida do pensamento, a atividade ideal, é, necessariamente, uma atividade social.

Para analisar o ponto de partida marxiano é necessário comparar o trecho referente à crítica de Marx a Adolph Wagner com outro texto de Marx (1989b), muito conhecido, sobre “o método da economia política”. No entanto, o fragmento selecionado será dividido em duas partes, com algumas supressões em cada uma, para facilitar a compreensão de tão rico percurso analítico. No primeiro excerto será dada ênfase à crítica do método da economia política, elaborada por Marx (Idem, p. 409-410, grifos não originais):

Quando estudamos um país dado do ponto de vista da economia política, começamos por sua população [...]. Parece mais correto começar com o real e o concreto, com o pressuposto efetivo [...]. Todavia, bem analisado, este método seria falso. A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Estas classes são, por sua vez, uma palavra vazia se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. [...] Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do *concreto representado* chegaria a abstrações [universalidades] cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. [...] [Este] constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia política. [...] A representação plena volatiliza-se na determinação abstrata.

Ao explicar, seu método, Marx (Ibidem) se contrapõe ao método da economia política, apontando que este último é resultado de conceitos que se autoengendram, porque partem de uma universalidade abstrata, gerando a autoilusão de que o pensamento cria a concreticidade, para usar as palavras de Kosik (1985). Quando se atribui uma posição privilegiada à totalidade, de acordo com Kosik, constitui-se uma forma fixa superficial e unilateral à realidade, apreendendo-a como uma “falsa totalidade” ou um “todo fechado”.

Partir da categoria mais complexa produz representações de uma realidade criada pelo intelecto abstrato e que por isso se torna falsamente absoluta e autônoma. Por consequência, no plano do conhecimento são criadas “determinações mais simples”. A seguir, após o segundo trecho retirado do “método da economia política” de Marx (1989b), cujo recorte recai sobre o método materialista histórico dialético, será discutida a questão do recurso de partir das categorias mais simples às mais complexas, como um todo. O método de Marx (Idem, p. 409-410, grifos não originais),

teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, [conceitos mais simples] até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica do todo, porém como uma rica totalidade de determinações e *relações diversas*. [...] É manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da concentração, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. [...] No segundo [caminho], as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo espiritualmente como coisa concreta. Porém isto não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica, suponhamos por exemplo o valor de troca, pressupõe a população, uma população que produz em determinadas relações e também certo tipo de famílias, de comunidades ou Estados. Tal valor nunca poderia existir de outro modo senão como relação *unilateral*, abstrata de um todo dado, concreto e vivo. Como categoria, ao contrário, o valor de troca leva consigo uma existência antediluviana.

O ponto de partida de Marx, para reconstruir o movimento do objeto no pensamento, corresponde ao mesmo processo histórico do desenvolvimento do objeto, que se inicia no mais simples e se eleva ao mais complexo. As categorias mais complexas possuem uma posição superior e determinada influência em relação às categorias mais simples.

Em Marx (1989b), a forma social mais simples e a categoria mais desenvolvida só podem ser determinadas em uma relação recíproca, ou seja, como explica Kosik (1985), a forma elementar da riqueza na sociedade capitalista é a mercadoria, que, analisada em seus elementos e em seu movimento real, revela seu papel na criação e na reprodução do capital. O objetivo dessa análise marxiana consiste em expressar que as leis do movimento do capital promovem as relações sociais dos seres sociais e sua atividade produtiva.

Santana e Ferreira (2016) explicam que a interpretação lukacsiana do método materialista histórico dialético recupera a relação entre a particularidade, a singularidade e a universalidade, com um acento na importância da categoria particularidade como um caminho para a reprodução do concreto, na medida em que a apreensão do real que formula leis e tendências gerais, que só existem em relação a uma singularidade e mediados por meio da particularidade.

A aproximação com a realidade objetiva no processo de conhecimento, segundo Lukács (1978), ocorre por meio da dialética de particular e universal, partindo do puramente singular, que se eleva à clareza teórica, no confronto com a realidade e em sua relação com a universalidade, revelando as leis, as tendências e as determinações que se especificam no particular, e somente assim se tornam acessíveis à prática. Portanto, ao chegar à universalidade, através da particularidade, também se chega ao elemento de crítica, obtida das reais mediações da dialética entre o particular e o universal, pois seguindo esse caminho metodológico, “a universalidade, sobretudo, não é jamais um ponto de chegada autônomo do pensamento”.

A síntese lukacsiana é importante para compreender as dimensões da aparência e da essência do objeto em Marx. Se nas correntes filosóficas da decadência ideológica, aparência e essência coincidem, no percurso do conhecimento marxiano elas são uma unidade dialética. Essa compreensão é importante na medida em que as correntes ideológicas do pensamento burguês, de acordo com Kosik (1995), identificam o singular e o universal, considerando essa aparência como uma realidade autêntica, que cria dois polos — o individual abstrato e o universal abstrato —, entre os quais não há mediação.

As contribuições dos autores selecionados e o apoio referencial da própria obra marxiana possibilitam o entendimento de que o método materialista histórico dialético possui um imprescindível fundamento ontológico. Dessa forma, é importante recorrer também à fonte marxiana, aos textos que tratam da mediação de primeira ordem, principalmente nos aspectos da apreensão do real, devido à determinação social do pensamento que realiza abstrações ontológicas.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx (2009, p. 107-108, grifos no original) afirma que

a vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também — e isto necessariamente — o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal*. [...] O homem — por mais que seja, por isso, um indivíduo *particular*, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-individual — é, do mesmo modo, tanto a totalidade, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de exteriorização humana da vida.

De forma análoga, compreende-se que a aparência e essência correspondem a uma unidade dialética, o método não abandona o estudo da manifestação aparente do objeto; ao contrário, a investigação que permite captar a essência do objeto revela as relações e múltiplas determinações entre essência e aparência no movimento real da totalidade. Por isso, no trecho essencial de “Notas marginais ao ‘Tratado de economia política’ de Adolph Wagner”, Marx (1976) explica que parte da mercadoria, porque esta corresponde à “mais simples” manifestação econômica, para apreender suas múltiplas determinações com a sociedade capitalista.

A mercadoria é analisada a partir de sua aparência, “valor de troca”, que é apenas uma forma ilusória de manifestar-se na ordem burguesa, enquanto sua essência revela que, na realidade, a mercadoria é a unidade dialética entre o *valor de uso*, sua forma social concreta e útil do produto

do trabalho, e o *valor*, uma forma particular que assume em determinado momento histórico.

A crítica de Marx (1976) à utilização do termo “valor de troca” pela economia política é a crítica da utilização da aparência do objeto como se representasse o todo, um reducionismo, portanto, ao singular isolado e abstratamente construído na consciência autocentrada.

De maneira semelhante, o Marx elucida que a mercadoria apresenta essa dupla modalidade que se origina do trabalho humano e por isso consegue realizar a síntese de que, sob a regência do capital, o trabalho apresenta um duplo caráter, uma forma universal de atividade produtiva, que atende necessidades ontologicamente fundamentais da existência humana (essência), e sua forma particular de atividade, o trabalho abstrato que se expressa como gasto de força de trabalho, mas que seu valor de uso para o capital consiste na produção de mais-valia.

Em síntese, o conhecimento produzido pelo método materialista histórico dialético, pressupõe o estudo ontológico do ser social, uma análise histórica do objeto concreto, para determinar suas categorias mais simples e mais complexas, numa relação dialética entre particularidade e universalidade, na determinação de suas mediações, visando compreender aparência e essência do objeto, revelando suas contradições, com o objetivo de superá-las. O método em Marx é, sobretudo, uma posição ético-política de superação das contradições capitalistas.

Considerações finais

Marx fundou uma nova concepção social de ciência, a partir do caráter ontológico de mediação do ser social com a natureza. O método na teoria marxiana pressupõe um sujeito que assume uma postura política de desvelamento da aparência, apontando suas contradições, seus fundamentos ideológicos e mediações com a totalidade social.

A construção metodológica da imediatividade como idêntica à universalidade é parte do mecanismo de manutenção das relações capitalistas,

enquanto o objetivo metodológico marxiano é promover um conhecimento concreto das determinações sociais inerentes à sociabilidade burguesa e consequente superação de todas as formas de exploração do capital.

Para conservar sua dominação ideológica e social, as correntes filosóficas que representam o interesse burguês criticam a obra marxista essencialmente a partir do método, principalmente a partir do tripé ontológico das dimensões ontológica, histórica e dialética. Reduzem a práxis à mera apreensão técnica manipulatória, e a teoria constitui-se a partir da abstração especulativa e da particularidade isolada.

O método materialista histórico dialético não é uma operação subjetiva, resultante de um conjunto normativo de procedimentos fixos abstratamente construídos, baseado numa teoria especulativa, que visa a perpetuação do modo de produção capitalista. Ao contrário, o método marxiano surge de uma determinação ontológica da realidade social sobre a consciência.

Teoria e metodologia na análise marxiana partem da realidade social para captar as múltiplas determinações, que se elevam na elaboração de um todo pensado que relaciona particularidade, singularidade e totalidade, apreendendo a essência e a aparência do objeto, com o objetivo de criticar as relações opressivas e contrárias e propor a transformação das relações sociais.

A leitura da realidade operada por meio do método marxiano apreende um todo vivo e articulado, construído objetiva e subjetivamente pelo ser social. A pesquisa marxiana não é neutra; ela é também um caminho político, que desvenda os interesses classistas e apoia o interesse concretamente coletivo, da emancipação do ser social. Portanto, o método e a teoria marxiana se dirigem a um projeto societário alternativo ao capital.

Referências

- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed., 6. reimpr. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*. 2. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Glosas marginales al “Tratado de economía política” de Adolph Wagner. In: DOBB, Maurice et al. *Estudios sobre El Capital*. Tradução José Aricó, Ofelia Castillo, Juan José Real. 2. ed. Madri: Siglo Veintiuno, 1976. p. 169-184.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx e Engels: história*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989a. p. 182-214. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).

_____. O método da economia política. In: FERNANDES, Florestan (Orgs.). *Marx e Engels: história*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989b. p. 409-417. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTANA, Joana V.; FERREIRA, Benedito de Jesus P. Teoria social e compreensão da realidade social para uma práxis revolucionária. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 275-292, ago./dez. 2016.

WOOD, Ellen M. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, Ellen M.; FOSTER, John Bellamy (Orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 7-22.

Sobre a autora

CHRISTIANE PIMENTEL E SILVA – Doutoranda e Mestra em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: chrissilva@linuxmail.org

